



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08255107220198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RUBELMAR CASTRO DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Assim, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas a perícia com o escopo de ser apurado o quantum devido em decorrência da lesão suportada.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

APÓS A PERÍCIA MÉDICA, O LAUDO INDICOU A SEGUINTE LESÃO:

DESTA FORMA MANTENHO O PERCENTUAL DE SEQUELAS 50% DE MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.

NO ENTANTO, FRISA-SE QUE ALUDIDA VERIFICAÇÃO REALIZADA NOS DOCUMENTOS MÉDICOS APRESENTADOS ESTA DE FORMA DIVERGENTE COM A TABELA, DEVENDO SER OBEDECIDO OS ESTRITOS LIMITES DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

DESSA FORMA, TOTALMENTE DIVERGENTE A CONCLUSÃO DO PERITO JUDICIAL, CUJO LAUDO A RÉ IMPUGNA TOTALMENTE, DEVENDO SER GRADUADO A LESÃO CONFORME DEMONSTRADO.

DO EQUIVOCADO ENQUADRAMENTO NA TABELA

Em que pese a invalidez permanente indicada no laudo pericial, cabe observar que não foi atendida na íntegra a tabela de graduação prevista na lei.

ISSO, PORQUE CONFORME SE EXTRAÍ DA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA, A LESÃO AFETOU O COTOVELO DA VÍTIMA.

HCR		ESTADO DE RIO DE JANEIRO "AMAZONIA PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"		PEDIDO DE PARECER	
UNIDADE:	HCR				
NOME:	PACIENTE COMO DE SOUZA				
IDADE:	40 anos	REGISTRO:			
BLOCO:	D	ENFERMARIA:	LEITO: 404-6		
UTI:	EMERGÊNCIA:				
DE:	ORTOPEDIA		PARA:	ortopedista	
Dados Clínicos: Paciente Hígido, 40 anos e 5 meses, com história de cotovelo esquerdo. O mesmo será submetido ao procedimento cirúrgico. Grato 03/05/2014 Data					
Dr. Marcelo Marques Médico Ortopedia Médico					

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006

UNIDADE: HCR

NOME: RUBELMAR CASTRO DE SOUZA

IDADE: 40 ANOS REGISTRO: _____

BLOCO: D ENFERMARIA: _____ LEITO: 404-6

UTI: _____ EMERGÊNCIA: _____

DE: ORTOPEDIA PARA: CARDIOLOGIA

Dados Clínicos:
Paciente Hígido, 40 anos com fratura de cotovelo
no esmovente. O mesmo recebeu tratamento
cirúrgico

SABEMI SEGURADORA S/A

conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
 e, por jus br/propul - Identificador: P.JVEL VN32U VMLRT VZUKA

QUANTO A ISSO, VALE ESCLARECER QUE HÁ PREVISÃO ESPECÍFICA NA TABELA, QUANDO O SEGUIMENTO DO CORPO É COTOVELO:

Perda completa da mobilidade de um dos ombros, <u>cotovelos</u> , punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					

Com isso, requer a correta aplicação da tabela, de acordo com o enquadramento do COTOVELO, uma vez que a limitação não ocasionou a limitação de todo o membro, mas tão somente do seguimento COTOVELO.

Portanto, deve ser observado o devido enquadramento, conforme o seguimento do corpo acometido pela invalidez permanente, de modo que perito deve fazer a relação, tabela-seguimento corporal, indicando o enquadramento conforme previsto, de acordo com a lesão apurada.

CONCLUSÃO

Diante disso, requer que seja intimado o perito para que refaça o laudo pericial com a graduação correspondente ao seguimento acometido, ou alternativamente, que este juízo proceda com a aplicação da tabela, de acordo com o enquadramento da tabela confirme quadro acima.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 14 de abril de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR